

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.834 - PR (2019/0323936-6)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : ANTONIO DIAS ARAGÃO
RECORRENTE : APARECIDO DONIZETE CREPALDI
RECORRENTE : CLODOALDO DOS SANTOS
RECORRENTE : DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA
RECORRENTE : FRANCISCA DE OLIVEIRA FERREIRA
RECORRENTE : HELENA GONÇALVES DA SILVA
RECORRENTE : HERONIDES DOS SANTOS
RECORRENTE : REGINA BIAGGI
RECORRENTE : ROSINEIS FEITOSA DA SILVA
RECORRENTE : SEVERINO PEREIRA LIMA
ADVOGADOS : LARIANE ARDENGHI DE CARVALHO - PR054103
RUBENS PEREIRA DE CARVALHO - PR016794
LEONARDO ARDENGHI DE CARVALHO - PR049369
EDNA MARIA ARDENGHI DE CARVALHO - PR039716
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
ADVOGADO : JOSÉ AIRTON GONÇALVES - PR016968
RECORRIDO : LUZIA PINTO DA SILVA - SUCESSÃO
RECORRIDO : OTAVIO MARQUES DA SILVA
ADVOGADO : RUI CARLOS APARECIDO PÍCCOLO - PR021110

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto contra acórdão do TJPR, o qual recebeu a seguinte ementa (e-STJ fls. 667/668):

APELAÇÃO CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS CUMULADA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER. PRELIMINARES DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR, DE IMPUGNAÇÃO AOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA E DE INTEMPESTIVIDADE DA RESPOSTA DO MUNICÍPIO REJEITADAS. IRREGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DOS LOTEADORES. OPORTUNIZADA REGULARIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTO. REVELIA RECONHECIDA. MÉRITO. DESMEMBRAMENTO IRREGULAR. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ENTE MUNICIPAL PELA REGULARIZAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO E SUBSIDIÁRIA PARA EFEITOS DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA. INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 30, INCISO VIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E 40 DA LEI Nº 6.676/1979. DANOS MORAIS. INOCORRÊNCIA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA CONFIGURADA. ESCORREITA DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. INCIDÊNCIA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DA CAUSA PARA FINS DE BASE DE CÁLCULO DA VERBA HONORÁRIA. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 85, §8º DO CPC/2015. INTERPRETAÇÃO TELEOLÓGICA AO INVERSO. FIXAÇÃO POR EQUIDADE. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO SENTENÇA REFORMADA PARCIALMENTE EM REEXAME NECESSÁRIO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 833/838).

No recurso especial (e-STJ fls. 880/903), fundamentado no art. 105, III, "a" e

"c", da CF, os recorrentes alegam violação do art. 93, IX, da CF, sustentando negativa de prestação jurisdicional.

Indicam afronta aos arts. 186, 187 e 927 do CC/2002, alegando que é inquestionável a frustração dos recorrentes, sendo-lhes devida indenização por danos morais, haja vista o loteamento irregular instituído pelos recorridos.

Suscitam ofensa aos arts. 85 e 86 do CPC/2015, requerendo que "seja mantido o valor atribuído a causa com a consequente fixação dos honorários de no mínimo 10% sobre o valor da causa" (e-STJ fl. 898). Sustentou, ainda, a necessidade de exclusão da sucumbência dos ora recorrentes, uma vez que ganharam a ação.

Não foram oferecidas contrarrazões (e-STJ fl. 910).

É o relatório.

Decido.

Primeiramente, não cabe falar em afronta ao art. 93 da CF, pois é inviável a análise de ofensa a dispositivo constitucional em recurso especial, sob pena de usurpação da competência do STF. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO AUTORAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXECUÇÃO PÚBLICA DE OBRAS MUSICAIS POR RÁDIO COMUNITÁRIA. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. DEVER DE PAGAMENTO. ATIVIDADE NÃO LUCRATIVA. IRRELEVÂNCIA.

1. A análise de suposta violação a dispositivos constitucionais é vedada em sede especial, sob pena de usurpação da competência atribuída pelo constituinte ao Supremo Tribunal Federal.

2. Com efeito, resta pacificado no âmbito desta Corte Superior de Justiça que, a partir da entrada em vigor da Lei n.º 9.610/98, a ausência do intuito de lucro é questão irrelevante quando se trata do pagamento de direitos autorais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.619.402/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 23/11/2017.)

No caso dos autos, a Corte de origem afirmou que não existiram motivos suficientes para a caracterização dos danos morais. Confira-se (e-STJ fls. 676/677):

No tocante ao pleito de indenização por danos morais, a meu ver, não assiste razão aos ora apelantes.

[...]

Como se sabe, o dano moral constitui prejuízo decorrente da dor imputada à pessoa, em razão de ofensa aos sentimentos, provocando, assim, constrangimento, tristeza, mágoa, frustração, atingindo a sensibilidade moral.

Nesse contexto, ante a própria natureza personalíssima do dano moral não há como se falar em inversão do ônus da prova nesse aspecto.

Ou seja, deve ser reputado como dano moral a dor, sofrimento, humilhação que fogem à normalidade a ponto de interferir brutalmente no comportamento psicológico daquele que o sofreu, causando-lhe aflições e interferindo em seu bem estar e no prosseguimento de sua rotina.

Sobre o assunto, orienta o Superior Tribunal de Justiça que "(...) Ademais, em relação ao ônus probatório, o acórdão recorrido encontra-se em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, no sentido de que "ainda que se trate de relação regida pelo CDC, não se concebe inverter-se o ônus da prova para, retirando tal incumbência de quem poderia fazê-lo mais facilmente, atribuí-la a quem, por

impossibilidade lógica e natural, não o conseguiria"(REsp nº 720.930/RS, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 20/10/2009, DJe 9/11/2009). (...)" (STJ, AgInt no AREsp nº 1.290.305/PR, Min. Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe 03/09/2018).

Ao contrário do sustentado nas razões recursais, não se trata de hipótese de dano in , sendo necessária a comprovação da sua ocorrência *in re ipsa*.

Registre-se que, em regra, o inadimplemento contratual não dá ensejo à indenização por danos morais.

Sem dúvida que o sonho de aquisição de imóvel próprio, perseguido por muitos, decorrente da compra e venda de um terreno que ainda não se encontrava apto à comercialização, gera transtornos, mas não a ponto de restar configurado o dano moral, pelo menos, no caso em apreço.

Na hipótese em testilha, ainda que se tratasse de desmembramento irregular, os apelantes tiveram acesso à infraestrutura básica (água, energia, esgoto), inclusive com recolhimento de lixo e limpeza das ruas, conforme afirmado pela testemunha Maria Aparecida Soares (seq. 1.48 – 9 min), a qual afirmou também que não houve óbice pela prefeitura para as construções ali realizadas (seq. 1.48 – 8 min e 24 seg).

Assim, a meu ver, a clandestinidade do desmembramento, na situação em apreço, não implicou em dano a personalidade dos moradores.

No presente caso, embora os apelantes aduzam fazer ao percebimento de danos jus morais em virtude do desmembramento irregular, tal fato não é passível de interferir na honra subjetiva dos apelantes, sendo que o dissabor e aborrecimento gerados não se enquadram na órbita do dano moral.

Razão pela qual, correta a sentença ao indeferir o pedido de indenização por danos morais formulado pelos apelantes, o que deve ser mantido.

Rever o entendimento do acórdão recorrido e chegar a conclusão diversa encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ.

Ademais, o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente e a demonstração do dissídio, mediante o exame das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973).

No caso concreto, os recorrentes não se desincumbiram de tais ônus. Ausente, portanto, o necessário cotejo analítico entre as teses adotadas.

No que respeita à sucumbência, os recorrentes decaíram em parte de seus pedidos, visto que não lhes foi reconhecido o direito à indenização por danos morais, além de a indenização por danos materiais ter sido concedida apenas em parte, estando correta a distribuição dos ônus sucumbenciais em 30% (trinta por cento), a serem arcados pelos recorrentes e 70% (setenta por cento) pelos recorridos.

No que se refere aos honorários advocatícios, observa-se que a decisão recorrida não se encontra em consonância com o entendimento do STJ. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PROVIMENTO CONDENATÓRIO VERIFICADO. ORDEM DECRESCENTE DE PREFERÊNCIA. ART. 85, § 2º, DO CPC/2015. CRITÉRIOS SUBSIDIÁRIOS. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO

STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual, o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo.

2. "A expressiva redação legal do art. 85, §§ 2º e 8º, do CPC/2015 impõe concluir: (5.1) que o § 2º do referido art. 85 veicula a regra geral, de aplicação obrigatória, de que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados no patamar de dez a vinte por cento, subsequentemente calculados sobre o valor: (I) da condenação; ou (II) do proveito econômico obtido; ou (III) do valor atualizado da causa; (5.2) que o § 8º do art. 85 transmite regra excepcional, de aplicação subsidiária, em que se permite a fixação dos honorários sucumbenciais por equidade, para as hipóteses em que, havendo ou não condenação: (I) o proveito econômico obtido pelo vencedor for inestimável ou irrisório; ou (II) o valor da causa for muito baixo" (REsp n. 1.746.072/PR, Relator p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/2/2019, DJe 29/3/2019).

3. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.342.003/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 2/9/2019, DJe 5/9/2019.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. FIXAÇÃO. ALTERAÇÃO DO VALOR FIXADO. POSSIBILIDADE. REGRAS PREVISTAS NO ART. 85 DO CPC/15. PROVIMENTO.

1. Execução de obrigação de fazer.

2. Com a ressalva do meu entendimento, a 2ª Seção definiu que, quanto à fixação dos honorários de sucumbência, temos a seguinte ordem de preferência: (I) primeiro, quando houver condenação, devem ser fixados entre 10% e 20% sobre o montante desta (art. 85, § 2º); (II) segundo, não havendo condenação, serão também fixados entre 10% e 20%, das seguintes bases de cálculo: (II.a) sobre o proveito econômico obtido pelo vencedor (art. 85, § 2º); ou (II.b) não sendo possível mensurar o proveito econômico obtido, sobre o valor atualizado da causa (art. 85, § 2º); por fim, (III) havendo ou não condenação, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou em que o valor da causa for muito baixo, deverão, só então, ser fixados por apreciação equitativa (art. 85, § 8º). Precedente da 2ª Seção.

3. Agravo interno provido para majorar os honorários de sucumbência em favor da recorrente para 10% sobre o proveito econômico obtido pela vencedora.

(AgInt no AREsp 1.337.674/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 2/8/2019.)

No caso concreto, portanto, ante o julgamento de parcial procedência dos pedidos deduzidos e não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, é impositivo o arbitramento da verba honorária, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Ante o exposto, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO para ficar os honorários em 10% (dez por cento) sobre sobre o valor atualizado da causa, conforme art. 85, § 2º, do CPC/2015. Considerando o êxito, ainda que mínimo, do propósito recursal, não há majoração de honorários advocatícios prevista no art. 85, § 11, do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator